

A. I. Nº - 121644.0005/06-4
AUTUADO - NOVA TRANSPORTADORA DO NORDESTE S/A - NTN
AUTUANTE - JOSÉ LIMA DE MENEZES
ORIGEM - INFAZ SANTO AMARO
INTERNET - 18.10.2006

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0301-04/06

EMENTA: ICMS. BASE DE CÁLCULO. ERRO NA DETERMINAÇÃO. DESPESAS ADUANEIRAS. FALTA DE INCLUSÃO. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO EFETUADO A MENOS. Refeitos os cálculos, com redução do valor do débito. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 30/06/2006, diz respeito ao lançamento de ICMS recolhido a menos na importação de mercadorias procedentes do exterior, em razão de erro na determinação da base de cálculo, quer pela falta de inclusão das despesas aduaneiras incorridas até o desembaraço, quer pela utilização incorreta da taxa cambial. Imposto lançado: R\$ 6.359,49. Multa: 60%.

O sujeito passivo apresentou defesa, pgs. 09 a 12, alegando que no cálculo do ICMS apurado nas Declarações de Importações nº 05/08856781, 05/07533920 e 05/07472785, o auditor fiscal adicionou o valor do frete na base de cálculo do imposto, quando na verdade, este já compunha o valor da mercadoria, ocasionando diferenças indevidas no valor a recolher. Ressalta que em relação à DI nº 05/07472785 o autuante apurou diferença a recolher de R\$ 3.449,16 quando na verdade a diferença consiste em R\$ 554,43, valor este devidamente recolhido, conforme DAE anexo.

Ao final, requer seja declarado parcialmente improcedente o presente Auto de Infração.

O fiscal autuante prestou informação à folha 64, esclarecendo que ao analisar os documentos acostados à defesa, concorda com o argumento defensivo, refaz os cálculos e conclui que resta um débito a reclamar de R\$ 554,43, relativo à DI nº 05/07472785.

Finaliza opinando pela procedência parcial do Auto de Infração.

VOTO

O Auto de Infração em lide diz respeito ao lançamento de ICMS recolhido a menos na importação de mercadorias procedentes do exterior, em razão de erro na determinação da base de cálculo, quer pela falta de inclusão das despesas aduaneiras incorridas até o desembaraço, quer pela utilização incorreta da taxa cambial .

Em sua defesa, o impugnante contesta os valores apurados pelo autuante, comprovando através de documentos acostados aos autos que o valor do frete já compunha o valor da mercadoria e que a diferença de imposto apurada era indevida. Reconhece que na DI nº 0507472785 restou um imposto devido de R\$ 554,43, o qual reconhece. O autuante, em sua informação fiscal acata o argumento defensivo.

Ao analisar os documentos constantes da peça defensiva, concluo que o argumento do contribuinte deve ser acolhido, tendo em vista que ficou comprovado que o frete já compunha o valor das mercadorias constates das DIS nº 05/08856781, 05/07533920 e 05/07472785, restando uma diferença do imposto a recolher de R\$ 554,43, a qual foi reconhecida pelo autuado.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, devendo ser homologado os valores já efetivamente recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **121644.0005/06-4**, lavrado contra **NOVA TRANSPORTADORA DO NORDESTE S/A.- NTN**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 554,43**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado os valores já efetivamente recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de setembro de 2006.

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – PRESIDENTE

MARCO AURÉLIO ANDRADE SOUZA – RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA